



II FÓRUM INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO  
XIV FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
XVII SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
De 27 à 30 de abril de 2016 na Universidade de Santa Cruz do Sul.

## A DISCIPLINARIZAÇÃO DA *REDAÇÃO* NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ABORDAGEM INICIAL

Fabiana Veloso de Melo Dametto-UFSM<sup>1</sup>

Louise Cervo Spencer-UFSM

**GE: Políticas Públicas e Educação.**

### Resumo

Nos últimos anos, na contramão das diretrizes nacionais de ensino, em especial as dos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (PCNs), diversas escolas de educação básica do estado do Rio Grande Sul (privadas, públicas estaduais e federais) vêm implantando uma disciplina denominada **Redação**, a qual atua de forma independente das aulas de Língua Portuguesa. A Redação, como disciplina emancipada, tem como objetivo ensinar exclusivamente produção textual escrita aos alunos de diferentes séries/anos. Partindo desse fato, este projeto, vinculado à linha de pesquisa *Linguagem e Interação* do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria, propõe-se a analisar e discutir a *disciplinarização* da Redação na educação básica brasileira e as implicações teóricas, metodológicas e práticas desse processo. Essa problemática se justifica na medida em que se admite que “a presença de cada uma das disciplinas escolares no currículo, sua

---

<sup>1</sup> Doutorandas do Programa de Pós-graduação em Letras da UFSM- Estudos Linguísticos. Bolsistas CAPES.

obrigatoriedade ou sua condição de conteúdo opcional e, ainda, seu reconhecimento legitimado por intermédio da escola, não se restringe a problemas epistemológicos ou didáticos”, mas articula-se a questões maiores, tais como “o papel político que cada um desses saberes desempenha ou tende a desempenhar, dependendo da conjuntura educacional” (BITTENCOURT, 2003, p. 10). A realização deste estudo terá como ponto de partida pesquisas realizadas no Brasil, na área da *História da Educação*, com enfoque na constituição da disciplina de Língua Portuguesa. Além disso, contará com o aporte teórico-metodológico do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), de Bronckart e de Bronckart e Machado, por este levar em consideração o caráter sócio-histórico da linguagem e, precisamente, por entendê-la como mediadora da atividade social. Ademais, esse quadro propõe um amplo modelo de análise textual, constituindo-se em um importante referencial também de base metodológica que surge como uma nova abordagem da didática dos textos.

**Palavras-chave:** Educação básica, Redação, Disciplinarização.

## 1 INTRODUÇÃO

Leitura e escrita constituem habilidades essenciais a serem desenvolvidas em todos os níveis da educação básica. No Brasil, muito se tem discutido sobre o baixo desempenho dos alunos em escrita. As razões elencadas pelos professores para tal ineficiência são diversas e vão desde o engessamento imposto por certas diretrizes curriculares até a organização da rotina escolar, passando pelas limitações em suas formações.

Uma proposta para a melhora desse cenário tem sido a implantação da disciplina de Redação (RD) ao longo da educação básica. Escolas públicas, privadas e até federais vêm adotando essa prática nos últimos anos. Com isso, passou-se a ter, nessas instituições, uma carga-horária específica destinada ao ensino da produção textual escrita. Um aspecto importante da implantação dessa disciplina refere-se ao profissional que atua nessa área. O professor que ministra a LP nem sempre é o que ministra a RD em uma mesma turma. Isso dificulta a realização de um trabalho sistematizado, progressivo e sincronizado com a LP. Muitas escolas, já em seu processo seletivo, recrutam profissionais para atuar exclusivamente com Redação. Isso sugere que essas instituições compreendem o processo de ensino/aprendizagem da escrita como algo possível de dissociar do ensino de língua materna.

É preciso citar as orientações sobre o ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa que constam nos *Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa* (PCNs). Conforme explicam autores da área, os PCNs, vigentes desde sua publicação em 1998, orientam para o

uso do texto como unidade básica de ensino, por concebê-lo como produto de práticas sociais situadas. Além disso, nesse documento, há uma orientação clara para o ensino de Língua Portuguesa de modo integrado, ou seja, por áreas do conhecimento.

## **2 JUSTIFICATIVA**

Pela implantação de uma disciplina de RD, portanto, as escolas que adotam essa prática estão na contramão das diretrizes nacionais de ensino básico e da maioria das teorias sobre ensino de produção escrita. No entanto, ainda assim, essa prática parece estar se fortalecendo e enraizando. Logo, não há como deixar de discutir esse processo e suas consequências para a educação básica brasileira.

Esta proposta de estudo, ainda bastante inicial, apresenta-se como um enorme desafio. Isso porque se propõe a investigar e a analisar uma história em movimento, na tentativa de descobrir que prática é essa que está se consolidando e o que está por trás dessa ruptura de paradigmas, bem como tentará refletir, futuramente, acerca da direção que esse movimento está tomando.

## **3 OBJETIVO GERAL**

O presente estudo propõe-se a analisar e discutir a *disciplinarização* da RD na educação básica brasileira e as implicações teóricas, metodológicas e práticas desse processo. Contudo, neste pequeno artigo, constam apenas as discussões iniciais referentes a esse tema.

## **4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) sustentará o presente estudo por levar em consideração o caráter sócio-histórico da linguagem e, precisamente, por entendê-la como mediadora da atividade social. Ademais, esse quadro teórico propõe um amplo modelo de análise textual, constituindo-se em um importante referencial também de base metodológica que surge como uma nova abordagem da didática dos textos.

Essa teoria tem servido de base, nos últimos 20 anos, para inúmeros trabalhos de pesquisadores brasileiros preocupados, especialmente, com atividades de ensino e aprendizagem – intervenção na educação -, seja de língua materna, L2 ou mesmo formação de professores. Com relação a isso, vale destacar que a presente pesquisa busca enquadrar-se

nesse perfil. Isso porque tem por objetivo analisar e discutir a *disciplinarização* da Redação na educação básica brasileira.

Para o ISD, a **linguagem** é tomada como responsável pela emergência, no ser humano, de um pensamento consciente e auto-reflexivo. Nesse sentido, no que diz respeito à linguagem, enquanto constitutiva do sujeito como ser sócio-histórico, o ISD toma como base os trabalhos de Vygotsky e de Bakhtin.

## **5 MÉTODO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO**

Este estudo, quanto à sua natureza, enquadra como uma pesquisa exploratória que aborda o seu objeto de investigação de forma qualitativa, visto que busca refletir e discutir o processo de *disciplinarização* da Redação na educação básica brasileira.

Na tentativa de responder as questões elencadas, foi realizada uma breve pesquisa sobre o tema. Contudo, não foram encontrados materiais publicados no Brasil que tratem sobre a disciplina de RD. Apenas há títulos que abordam o ensino da escrita, em especial no EF. Outro ponto a destacar diz respeito ao caráter prático dessas atividades. Todas as consultadas cabem mais para realização de *oficinas* de produção textual, nas quais não há a exigência ou a necessidade de se avaliar o rendimento/proficiência do aluno em escrita por meio de atribuição de nota/conceito, como deve acontecer em uma disciplina.

## **6 REFLEXÕES INICIAIS**

A criação de uma disciplina de RD implica pensar múltiplos aspectos que estão envolvidos nesse processo. O primeiro e fundamental deles é definir de que concepção de língua, de linguagem, de texto e de escrita se irá partir para propor uma sistematização de ensino nessa área. Isso porque esses conceitos estarão diretamente interligados com a perspectiva e, conseqüentemente, com a abordagem que será adotada para o ensino de produção de texto.

Outra definição a ser feita diz respeito ao que deve ser abordado referente a essa prática em cada uma das disciplinas (LP e RD). Aspectos gramaticais podem ser dissociados das aulas de produção escrita? Aspectos discursivos e textuais podem ser tratados apenas nas aulas de RD? Qual a linha que separa e diferencia – se é que isso é possível - o ensino de LP do ensino de RD?

Partindo dessas questões iniciais, outras maiores e mais complexas surgem: o que trabalhar em cada ano/série, de modo que não haja sobreposição ou falta de conteúdos ao longo da formação escolar? Serão sete anos de ensino específico de produção de texto escrito. Basta solicitar produções e mais produções de textos? Relacionado a isso, é preciso definir quais estratégias serão usadas em sala de aula.

Outra preocupação é com o ensino direcionado para o EM. Há uma enorme pressão, em especial na rede privada de ensino, pela obtenção de bons resultados no ENEM. Isso ocorre em função do apelo comercial atribuído às notas obtidas nesse exame. A redação é avaliada de modo isolado nesse processo. Logo, o mau desempenho dos alunos em redação, geralmente, é interpretado como problema específico das disciplinas de LP e de RD. Em função disso, muitos professores optam por trabalhar apenas o gênero dissertativo-argumentativo, no formato redação de vestibular, ao longo de todo EM. Para estes profissionais, o foco em um único padrão de texto pode garantir o bom desempenho dos alunos nas avaliações externas. Além disso, há o caráter seletivo da redação nos exames vestibulares. Isso também influencia as práticas adotadas pelas escolas. Por essa razão, no EM, a metodologia de trabalho a ser aplicada é mais complexa e merece um olhar especial.

Nesse processo, não poderiam ficar de fora questões relativas à avaliação. Quando se trata de uma disciplina, é preciso pensar na possibilidade de reprovação dos alunos. Mas como avaliar o rendimento/proficiência em produção escrita ao longo dos anos, tendo em vista que esse é um conhecimento dinâmico e que se adquire de forma progressiva? O que exigir em termos de rendimento em escrita em cada nível? Como mensurar/traduzir isso em números/conceitos? A disciplina de RD tem critérios de avaliação bem definidos que possibilitem atestar a aprovação ou reprovação de um aluno? Ao longo desses anos de experiência, tenho visto que isso não ocorre.

Por fim, é preciso pensar o dia a dia da sala de aula de RD. Com um período semanal e com turmas grandes (média de 25 alunos), o que é possível fazer? Como resolver problemas pontuais de escrita? Sabe-se que vários alunos de escolas privadas recorrem a aulas particulares de redação. Isso nos faz pensar que mesmo as instituições que oferecem a disciplina de RD não conseguem ainda resolver problemas crônicos de mau desempenho em escrita.

## **PALAVRAS FINAIS**

Por fim, cumpre destacar que temos a noção da complexidade e da grandeza do nosso problema de pesquisa. Contudo, não temos a pretensão de resolver todos os problemas referentes ao ensino de produção de texto na educação básica. Sabemos que essa é uma preocupação geral dos professores que atuam nessa área e é também um problema de ordem nacional. Há muito se fala e se estuda sobre o ensino de LP no Brasil. O próprio governo tem trabalhado fortemente para implantar novas diretrizes de ensino nessa área. Possivelmente, há no país, neste momento, inúmeros estudiosos debruçados sobre essa mesma problemática. O que queremos é chamar a atenção da sociedade acadêmica para essa nova prática (a implantação da disciplina de RD) e suas possíveis consequências para o ensino de língua materna no país, mais especificamente no que se refere ao ensino da produção textual escrita na educação básica.

## **REFERÊNCIAS**

BITTENCOURT, C. M. F. Disciplina escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, M.A.T. de; RANZI, S.M.F. (orgs.) **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuição para o debate. Bragança paulista: EDUSF, p. 9-38, 2003.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discurso**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: educ, 1999/2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: linguagens, códigos e suas tecnologias – arte. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica.